

## A responsabilidade como princípio ético em Jean-Paul Sartre

### Responsibility as an Ethical Principle in Jean-Paul Sartre

Alysson Augusto dos Santos Souza  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)  
[alysson.souza@acad.pucrs.br](mailto:alysson.souza@acad.pucrs.br)  
<http://lattes.cnpq.br/5952003112091002>

#### Resumo

Embora nunca tenha escrito um livro sobre o assunto, Jean-Paul Sartre é comumente tido como um filósofo moral, possivelmente por conta da conferência, *O existencialismo é um humanismo*, pela qual fez não apenas uma defesa do existencialismo contra as objeções que lhe logravam má-fama como, também, pela qual popularizou suas próprias noções sobre o indivíduo existente, e como este indivíduo, condenado à liberdade, não está verdadeiramente livre de responsabilidade. No presente texto, traçaremos um caminho em vistas de explorar alguns conceitos-chave em Sartre que fundamentam sua percepção sobre a liberdade, e buscaremos entender como os pilares de seu raciocínio fenomenológico desembocam numa consequente conscientização do indivíduo sobre sua própria condição, da qual fugir por um ato de má-fé seria o mesmo que fugir da própria responsabilidade frente ao mundo, a qual se faz causa de angústia porém justifica o agir moral de um sujeito que, à primeira vista, parece ser livre para fazer o que quer. Em suma, veremos que a *liberdade radical* de Sartre não é tão radical assim, e por isso mesmo concilia-se com uma abordagem ética, que em sentido principiológico tomaremos como estando exposta em seu conceito de responsabilidade.

#### Palavras-chave

Liberdade; Responsabilidade; Ética.

#### Abstract

Although has never written a book on the subject, Jean-Paul Sartre is commonly regarded as a moral philosopher, possibly because of his conference *The existentialism is a humanism* by which he made not only a defense of existentialism against objections that gave to this philosophy a bad fame, as well as by which he popularized his own notions about the existing individual, and how this individual, condemned to freedom, is not truly free of responsibility. In the present paper we will trace a way to explore some key concepts in Sartre that base their perception on freedom, and we will try to understand how the pillars of their phenomenological reasoning result in a consequent awareness of the individual about his own condition, from which to flee for an act of bad faith would be the same as evading one's own responsibility to the world, which causes anguish but justifies the moral action of a subject who at first sight seems free to do what he wants. In short, we will see that Sartre's *radical freedom* is not so radical, and for that reason Sartre conciliates her with an ethical approach, which in a principiological sense we will take as being exposed in his concept of responsibility.

#### Keywords

Liberty; Responsibility; Ethics.

## 1. Introdução

Conta-se que Jean-Paul Sartre, num dia de folga, estava sentado bebendo coquetéis de damasco com Simone de Beauvoir e Raymond Aron, num café de Montparnasse, e, a seus companheiros filosóficos, demonstrava insatisfação com a filosofia, por ela não dar conta da vida real, cotidiana e prática. Aron, prontamente, teria objetado, invocando o filósofo alemão, Edmund Husserl, e apontando a fenomenologia: “veja, meu camaradinho, se você é fenomenólogo, pode falar dessa bebida e isso é filosofia” (Strathern, 1999, p. 25). Sartre, que até então teria estudado Descartes, Kant, Hegel, Freud e outros – os quais invariavelmente tomava como insuficientes para o tipo de filosofia que buscava –, encantou-se pela fenomenologia, pois prezava pelo “indivíduo existente”, como diria Soren Kierkegaard, e seu envolvimento com o mundo. Tal deslumbre impulsionou sua tomada de ação pelo estudo de Husserl, e aí, nos idos dos anos 1933, Sartre teria colocado seu pé no existencialismo, corrente filosófica que não seria a mesma sem a participação importantíssima e destacada deste autor.

O caminho que Sartre trilhava visava fundir o mundo da literatura com o mundo da filosofia, tanto por conta de seu *projeto* pessoal – que era constituir-se escritor –, quanto por reflexo de sua própria forma de existir no mundo: um personagem elegante, frequentador de um café parisiense, recheado de casos intelectuais com belas jovens, em contraste a seu caso de longa data com Beauvoir, também formidável intelectual. De alguma forma, sua filosofia, que preconizava a liberdade frente às mais variadas instâncias da vida, era não apenas o fundamento de sua ação no mundo; antes, era o reflexo de quem Sartre propriamente era.

Em alguma medida, porém, o louvor acadêmico e prestígio social que compunham a identidade de Sartre, somados à sua forte afeição por estudos literários constantes e às aparentes contradições que viveu em vida, ainda hoje induzem certo ceticismo quanto ao verdadeiro valor de sua filosofia, tanto no sentido de questionar se podemos, de fato, considerá-lo um *filósofo*, a depender dos critérios dos analíticos<sup>1</sup>, quanto em vias de nos questionarmos se não são suas obras filosóficas irremediavelmente datadas da atmosfera do pós-guerra, a qual popularizou seu pensamento como representante da moda existencialista por seu ensaio, *O existencialismo é um humanismo* (obra doravante citada como EH), sendo, em certo sentido, uma moda considerada ultrapassada por filósofos franceses pós-estruturalistas e pós-modernistas.<sup>2</sup>

Nas considerações que se seguem, tentaremos articular o pensamento de Sartre em vistas de, entre seus diferentes enfoques, resgatar e ver algum sentido em seu raciocínio em termos de considerações éticas, a despeito de Sartre não ser popularmente reconhecido como um filósofo moral. Para tanto, será necessário fundamentar algumas de suas considerações fenomenológicas sobre o indivíduo, o qual Sartre alega sem ressalvas ser detentor de uma irremediável e plena liberdade, característica fundante deste sujeito existente, que invoca para si a condição da responsabilidade. Trata-se, aqui, de transparecer a visão deste pensador quanto ao direcionamento ético que ele confere ao sujeito livre, dado que a perspectiva sartriana constituinte do indivíduo é de uma liberdade extremada, que parece não reconhecer os limites de sua própria ação, o que em sentido ético soa intratável e, portanto, justifica uma investigação do tipo que faremos agora, traçando um caminho que vá das considerações conceituais às morais que o autor dá ao sujeito existencial, este que faz-se produto de seu próprio engajamento livremente autoatribuído. Nas palavras de Sartre (1970, p. 15):

---

1 Morris conta que, por uma razão um tanto obscura, filósofos do século XX e XXI são amplamente classificados pelos filósofos anglófonos em analíticos e continentais, sendo a filosofia continental o “outro” da filosofia analítica. Sartre, nestas categorias, seria um representante dos continentais.

2 “Sartre é frequentemente visto como um filósofo de um mundo que passou, filho e relíquia da modernidade cuja voz soou no meio das alienações e horrores do século XX, mas que hoje é escassamente detectável nas ondas sonoras de nossa condição pós-moderna contemporânea” (in Morris, 2009, p. 17).

O homem faz-se; ele não está pronto logo de início; ele se constrói escolhendo sua moral; e a pressão das circunstâncias é tal que ele não pode deixar de escolher uma moral. Só definimos o homem em relação a um engajamento. Parece-nos, portanto, absurdo que nos objetem a gratuidade da escolha.

Note-se, já de início, que a liberdade em Sartre não é “gratuita”, como se o indivíduo não necessitasse de lidar com as consequências daquilo que empreende em sua vida. A condição existencial à qual todos estamos delegados a viver não anula a destinação proveniente de nossas ações, que não apenas nos coloca frente às adversidades de nossas escolhas mas, também, as ressalta como parte de nós mesmos. Nas palavras de Strathern (1999, p. 54-55):

Ao escolher o que escolhemos, deveríamos ter consciência do que estamos fazendo e assumir inteira responsabilidade por isso. O objetivo individual deve ser ampliar a consciência: tornar-se mais consciente de si mesmo e da própria provação, assim como aceitar a responsabilidade pela própria sina, por suas ações e pelo eu que se cria com essas ações.

Compreendida a condição nada trivial em que a liberdade sartriana se estabelece, podemos, agora, perquirir pelos fundamentos conceituais que fazem da filosofia de Sartre parâmetro de um existencialismo cogente com um mundo no qual as essências determinísticas dão lugar às diversas criações de sentido a nível de um projeto de vida individual e livre.

## 2. A liberdade como condição

Fato notável e bem conhecido é ser o primeiro princípio da filosofia sartriana a ideia de que “a existência precede a essência”. Embora seja um axioma autoexplicativo, proferi-lo não é apenas adotá-lo como premissa, mas também promover seus fundamentos. Para uma mente moderna mais acostumada à ideia de que o indivíduo é ele mesmo responsável não apenas pelo seu próprio destino, mas pelos aspectos que o circundam — como a sociedade, a cultura, o sistema econômico e a própria ciência —, ter em mente que primeiro o ser humano *existe*, para só então *ser* algo não parece uma novidade ou informação digna de nota. Entretanto, a despeito de ser um caráter típico da modernidade que a autoridade sobre a vida não provenha de um *ser divino*, mas do próprio indivíduo, esse tipo de constatação só tomou ares de maior transparência com a filosofia de Sartre, que não apenas fez o gesto de pôr o sujeito existente no centro mesmo da existência, mas desfez qualquer laço remanescente com a ainda arraigada ideia de que o ser humano tem inerente a si uma natureza própria.

Não posso, porém, contar com homens que não conheço, fundamentando-me na bondade humana ou no interesse do homem pelo bem-estar da sociedade, já que o homem é livre e que não existe natureza humana na qual possa me apoiar. (EH, 1970, p. 10)

Sartre não incorpora em sua filosofia o discurso tradicional e trans-histórico da natureza humana, já que assumi-lo comprometeria o seu próprio discurso, afetando as bases libertárias fundacionais deste indivíduo livre que ele entende estar posto no mundo a despeito de qualquer designação e determinismo. É nesse sentido que Sartre declara ser o seu existencialismo mais coerente em comparação àquelas filosofias existencialistas que admitem o divino, como a de Karl Jaspers e Gabriel Marcel, filósofos de confissão católica.

O existencialismo ateu, que eu represento, é mais coerente. Afirma que, se Deus não existe, há pelo menos um ser no qual a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por qualquer conceito: este ser é o homem, ou, como diz Heidegger, a realidade humana. O que significa, aqui, dizer que a existência precede a essência? Significa

que, em primeira instância, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo. Assim, não existe natureza humana, já que não existe um Deus para concebê-la. O homem é tão-somente, não apenas como ele se concebe, mas também como ele se quer; como ele se concebe após a existência, como ele se quer após esse impulso para a existência. O homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo: é esse o primeiro princípio do existencialismo. É também a isso que chamamos de subjetividade: a subjetividade de que nos acusam (Sartre, 1970, p. 4).

Sartre dispensa Deus em função de dispensar uma natureza humana, mas isso não significa que ele esteja disposto a anular todo e qualquer aspecto compartilhado entre os indivíduos, como que os dissociando de uma realidade comum. Nosso filósofo entende que “se bem que seja impossível encontrar em cada homem uma essência universal que seria a natureza humana, consideramos que exista uma universalidade humana de *condição*” (Sartre, 1970, p. 13). Tal condição é a condição da liberdade, pois “o homem está condenado a ser livre” (Sartre, 1970, p. 7).

### 2.1. O conceito de projeto como construção de sentido

E que outra coisa poderia pressupor a liberdade, se não uma liberdade de ação? Sartre apoia-se na concepção husserliana de *intencionalidade* da consciência para fundamentar a precedência da existência sobre a essência, pois, para Husserl, “o homem é doador de sentido ao mundo que o rodeia porque é capaz de intuir intencionalmente, inventando um estatuto de ordenação das coisas” (Melo, 2003, p. 15), sendo próprio do ser humano, portanto, atuar no campo da existência em vistas de fazer brotar *sentido*, o qual se dá em sua consciência.

Dizer que nós inventamos os valores não significa outra coisa senão que a vida não tem sentido *a priori*. Antes de alguém viver, a vida, em si mesma, não é nada; é quem a vive que deve dar-lhe um sentido; e o valor nada mais é do que esse sentido escolhido (Sartre, 1970, p. 17).

A conquista de sentido ocorre em vistas de um *projeto*. Destaquemos, aqui, que boa parte da filosofia sartriana acompanha uma crítica ao psicologismo, como feita por Husserl<sup>3</sup>, e Sartre seguia essa linha contrária à objetivação do psíquico. No caso de Sartre, suas críticas se direcionam ao psicologismo do psicólogo William James, que separava a emoção do sujeito que a vive, cortada da consciência e posta apenas como realidade física; bem como criticava o psicólogo Pierre Janet por postura parecida, embora mais sutil. O que Sartre quer, aqui, é dissociar do sujeito uma ideia mecanicista de sua ação, dotando-o de uma conduta com uma *finalidade*, com um *sentido* ou *significado*.

De fato, só enquanto tem uma *finalidade* – portanto finalidade *para* um sujeito – o fato psíquico *significa* alguma coisa, tem um *sentido*. Caso contrário, é mero efeito de uma causa, automaticamente; ocorre sem visar a um fim, apenas ocorre. É essa a posição de James, para quem a emoção é mero efeito de alterações corporais, e também a de Janet, para quem a emoção é efeito de descarga de energia. (Moutinho, 1995, p. 56)

---

3 O psicologismo criticado por Husserl confundia o “sujeito do conhecimento” com o “sujeito psicológico”, sendo esta confusão positivista fruto de uma lógica indutiva, pela qual conhecer consiste em descrever numa observação positiva dos fatos, reconhecendo padrões e inferindo a partir deles. Para Husserl, as leis gerais inferidas pelo psicologismo são carentes de uma exatidão, justificando assim uma análise fenomenológica em busca das essências acerca dos fatos investigados.

É fácil entender a necessidade de sentido que Sartre reclama, pois Sartre está amparado na fenomenologia de Husserl, a qual preconiza uma consciência intencional e, portanto, portadora de sentido. Uma consciência que não *visa* a alguma coisa, que não *intenciona* algo, é uma consciência que sofre causalidade — e portanto é explicada pelo passado. Ocorre que uma consciência intencional é finalista, e não se explica nos termos do passado; antes, é o *futuro* que explica o *presente*. “Não é o passado que determina o presente, no sentido de causa e efeito, mas a consciência é no presente conforme o futuro que ela visa” (Moutinho, 1995, p. 57). Assim, o quadro da liberdade do sujeito depende diretamente de um fim a ser realizado, que se direciona ao futuro — futuro que determina o presente —, e esta finalidade nos remete ao que Sartre entende por *projeto* (lembrando o exemplo do próprio Sartre, que tinha como projeto realizar-se escritor). Logo, é próprio da liberdade que haja barreiras a superar, uma vez que “se o ser livre é aquele que pode *realizar* seus projetos, é preciso que haja distinção entre a *projeção de um fim* e a *realização desse fim*. Se bastasse conceber para realizar, então a vida seria sonho” (Moutinho, 1995, p. 72).

Sartre vê como próprio deste indivíduo uma liberdade “*engajada* em um mundo resistente” (Moutinho, 1995, p. 73), sendo este um engajamento autoimposto de um sujeito que, consciente de sua liberdade, precisa definir uma finalidade para sua vida, responsável por lhe conferir sentido. É este o papel da *finalidade consciente* que, atribuída intencionalmente, constrói o *projeto* pessoal do indivíduo livre.

### 3. A liberdade como responsabilidade

Sendo característica do indivíduo que precise designar a si um *projeto* pessoal para conferir sentido à sua realidade, inevitavelmente suas considerações, na tentativa de implementar a concretização do projeto escolhido, passarão por dilemas dos mais variados, que reclamarão decisões por vezes pensadas minuciosamente e, por vezes, trágicas e objetivas. Sartre, plenamente consciente de sua própria condição, entende ser uma necessidade existencial tomar as rédeas sobre as contingências que urgem e criam uma atmosfera de escolhas prováveis, com as quais deve lidar em nome deste *projeto de si*.

À luz da nossa contingência, e portanto do absurdo da nossa existência, devemos assumir completa responsabilidade por nossas vidas (...). Não temos o direito de lamentar o destino. Todo indivíduo quer seu próprio destino: ele quer a sua personalidade e mesmo as circunstâncias sob as quais age essa personalidade. Levado às últimas consequências lógicas, isso tem algumas implicações peculiares. Mas Sartre não era alguém que se esquivasse a tais dificuldades. Sim, isso significava que ele, como indivíduo, era responsável por *tudo* (...). O que significava que era responsável até pela Segunda Guerra Mundial. E devia estar querendo aceitar essa responsabilidade e agir de acordo. Como colocou mais tarde: “esta é *minha* guerra; está na minha imagem e eu a mereço... tudo acontece como se eu tivesse toda a responsabilidade por essa guerra... Então *eu sou* essa guerra” (Strathern, 1999, p. 39-40).

É esta insurgência de desafios de todos os tipos, especialmente de desafios morais, que justifica o entendimento da liberdade não como *natureza humana* mas como *condição*, pois existir *antes* de ter uma essência definida é nada menos que *não* haver situações pré-concebidas no mundo que solicitarão respostas apriorísticas a nível moral. As nossas escolhas pela realização de nosso projeto pessoal cabem tão somente a nós mesmos, estão dissociadas de uma essência anterior à existência e de planos divinos, e é pelo apontamento destes fatos que temos o reconhecimento da *responsabilidade*, termo de suma importância na filosofia de Sartre.

Pois que outro chamado pode haver sobre um indivíduo pleno e consciente de sua liberdade que não a responsabilidade por suas próprias ações? Esse é o caráter liberal da filosofia de Sartre, que toma como responsável das ações do homem o próprio homem, e não as estruturas envolvidas na sua formação, como por exemplo a cultura, o sistema econômico ou a herança histórica proveniente de um coletivo de antepassados. Sua tese da liberdade radical, porém, não pode ser confundida como uma liberdade para se fazer o que se quer. Antes, a liberdade sartriana é *engajada*, ou seja, está *não na plena realização* de ações no mundo, mas na plena *intenção* de realizá-las. Luiz Moutinho (1995, p. 73) coloca bem a questão quando diz que:

O problema da liberdade diz respeito ao *querer* e não ao *poder* (poder para alcançar o que o querer indica), e é por isso que o sucesso não importa em rigorosamente nada para a liberdade: não se é menos livre porque não se consegue o que se quer, mas seríamos não-livres (o que é impossível) se nosso querer fosse condicionado.

A aparentemente contraditória noção sartriana de que o homem é livre mesmo quando trancado em uma cela, aqui, ganha sentido, pois uma liberdade que existe na possibilidade de evadir-se do aprisionamento — que não está fundada no sucesso dessa evasão, mas na projeção intencional da fuga — é íntima ao sujeito de tal modo que, mesmo conseguindo fugir da cela, não conseguirá fugir de sua condição da liberdade. De toda forma, Sartre abraça a possibilidade do indivíduo enganar a si mesmo, criando narrativas que o façam acreditar ter um destino ou estar pré-determinado no mundo, e a esta possibilidade ele chama *má-fé*.

### 3.1 A má-fé como resposta à angústia de ser livre

É só por meio de um autoengodo que o sujeito consegue nublar sua consciência da própria condição. A *má-fé*, em Sartre, foge do sentido popular de ser um ato nocivo direcionado ao outro (ação maldosa, fraude), sendo um ato nocivo direcionado contra si mesmo. Como Sartre (1970, p. 16) diz, “a má-fé é, evidentemente, uma mentira, pois dissimula a total liberdade do engajamento”.

Agimos de má-fé quando enganamos a nós mesmos, particularmente quando tentamos racionalizar a existência humana impondo-lhe um significado ou coerência. Isso pode ser feito com a aceitação de uma religião ou qualquer conjunto de valores dados. Também inclui qualquer aceitação da ciência *na medida em que isso seja uma tentativa de impor um significado geral à vida*. Agir de má-fé significa, portanto, esquivar-se à responsabilidade pelos próprios atos, depositando-a em alguma influência externa (Strathern, 1999, p. 55-56).

Com a liberdade dissimulada o que o sujeito quer é lidar com a *angústia* de ser responsável pela própria realidade. A obrigação de responder pelos próprios atos sendo um indivíduo imperfeito e desamparado por um *sentido universal* sobre a própria vida é um encargo cuja imposição não se escolheu abraçar antes de vir ao mundo — não há *contratos essenciais*. Perceber que se está no mundo e que, para projetar-se, você precisa necessariamente moldá-lo é um fado existencial que nem todos aceitam de bom grado carregar. A má-fé é uma tática comum aplicada dentre aqueles que buscam convencer a própria consciência de que não são realmente livres, e, portanto, estariam justificados a delegar a responsabilidade sobre os próprios atos a outros motivos que não a si mesmos.

O existencialista declara frequentemente que o homem é angústia. Isto significa o seguinte: o homem que se engaja e que se dá conta de que ele é não apenas aquele que ele escolheu ser, mas ainda um legislador que escolhe, ao mesmo tempo que ele mesmo, toda a humanidade, não poderia escapar ao sentimento de sua total e profunda responsabilidade (Sartre, 1970, p. 5).

A *angústia* é o resultado gerado pela consciência que se vê compelida a escolher. Tal escolha, porém, embora seja possível tão somente por haver um querer autônomo do sujeito, não está restrita ao âmbito do indivíduo — não se basta ao alcance de si mesmo; é ela fruto do peso que a ação individual tem sobre a sociedade, peso este gerador de responsabilidade.

### 3.2 A responsabilidade como escolha da humanidade

“Nada me designa para ser Abraão, e, no entanto, sou a cada instante obrigado a realizar atos exemplares”, é como Sartre (1970, p. 6) desenha o chamado para o engajamento pessoal do sujeito que, consciente das barreiras a superar para imputar seu projeto, deve fazer de sua condição um exemplo de intenção a conduzir todas as consciências. Os atos exemplares, aqui, nada mais são que reflexo da responsabilidade sobre a própria liberdade, que se faz *autêntica* quando totalmente dissociada da má-fé, lidando com a angústia de ter de escolher não apenas o que o homem mesmo deve ser, mas como deve ser a humanidade inteira. É aqui que Sartre introduz o imperativo categórico kantiano como modo de fazer este indivíduo aparentemente atomizado chegar ao coletivo de sua espécie, pois “com cada opção que faço estou não apenas criando a mim mesmo como implicando toda uma moralidade, *quer eu goste ou não disso*” (Strathern, 1999, p. 55).

Tudo se passa como se a humanidade inteira estivesse de olhos fixos em cada homem e se regresse por suas ações. E cada homem deve perguntar a si próprio: sou eu, realmente, aquele que tem o direito de agir de tal forma que os meus atos sirvam de norma para toda a humanidade? E, se ele não fizer a si mesmo esta pergunta, é porque estará mascarando sua angústia. (...) esse tipo de angústia — a que o existencialismo descreve —, se explica também por uma responsabilidade direta para com os outros homens engajados pela escolha (Satre, 1970, p. 6).

É patente a distinção entre Sartre e Kant, o que não torna impossível qualquer aproximação feita entre ambos no campo da moralidade. Isso porque Sartre, embora rejeite o caráter categórico da filosofia moral kantiana, ainda assim compartilha de um fundo comum com a mesma, dado que a escolha moral individual traduz-se em escolha que visa a humanidade como um todo. Sim, é verdade que a decisão, em Sartre, não ocorre por uma condição apriorística, que designa ao sujeito o *dever* de agir categoricamente; antes, a decisão sartriana é situacional, o que faz questionar a existência de um caráter universal na ética do filósofo francês. É preciso ter em mente, porém, que “a universalização examina se o horizonte de vida subjetivo posto em uma máxima pode ser pensado e querido como unidade racional de uma comunidade de pessoas” (Machado, 2015, p. 2), o que tornaria, então, a universalização numa espécie de campo de atuação do sujeito onde ele pode, livre e racionalmente, contrabalancear o horizonte de decisões possíveis e quais delas podem melhor refletir o que seria preferível diante de toda a humanidade.

Quando se decide livremente, em Sartre, o que estamos fazendo é demonstrar nosso projeto pessoal, escolhendo quem somos, mas fazendo-o de tal modo que esta escolha determine também a escolha que fazemos da humanidade inteira. Nessa sinalização, o que o sujeito dispõe, ao escolher, é o valor que dá às opções disponíveis, sendo aquela de sua escolha a que mais bem valoriza, contrastando sua decisão ao modelo de homem que busca projetar no mundo, uma vez que “nada pode ser bom para nós sem que o seja para todos” (Sartre, 1978, p. 7). Percebe-se, aqui, que, embora se distancie da absolutização da razão frente à moralidade, Sartre elenca, apesar de livre, que o sujeito conscientiza-se de seu status existencial quando posto frente às adversidades e dilemas dos mais variados que lhe fazem ter de decidir, fazendo de suas ações o exato reflexo do tipo de ação e, por que não, sujeito que quer ver no mundo. É perante suas escolhas que o

homem torna-se responsável por si, e é ao projetá-las no mundo que o homem torna-se responsável por toda a humanidade.

#### 4. Considerações finais

A repentina paixão de Jean-Paul Sartre pela fenomenologia é responsável não apenas pelo rigor com o qual tratou a articulação de seus próprios pensamentos; este passo dado em direção à criação de uma *filosofia da ação*<sup>4</sup> culminou na conceituação de uma liberdade radical condizente com uma responsabilidade pela humanidade inteira e, ironicamente, fez de Sartre, ao decidir por esta ideia de responsabilidade, ser responsável por toda uma geração cultural de jovens engajados em escrever seus próprios projetos de vida, conferindo a si mesmos sentidos particulares pelos quais viver livremente num contexto de desamparo existencial pós-guerra.

No caminho traçado, vimos como Sartre relaciona a condição de *indivíduo jogado no mundo* com a consequente realidade de um *indivíduo agente no mundo*. O famigerado imperativo categórico de Immanuel Kant, embora atrelado a um universalismo rejeitado por Sartre, serviu de modo suficientemente coerente para fundamentar um agir moral do indivíduo livre. Esse agir moral é pleno na ausência de má-fé. A falta de má-fé é a consciência da própria condição de liberdade, que designa uma vida autêntica. É levando uma vida autêntica que um indivíduo estabelece seu projeto. Este projeto evoca o reconhecimento da responsabilidade, geradora da angústia. Essa angústia, pressupondo todo o processo anterior, só pode ser aliviada com a escolha de um posicionamento autêntico, que evite a má-fé e, portanto, faça o indivíduo optar pelo bem, pois “o que escolhermos é sempre o bem e nada pode ser bom para nós sem o ser para todos” (Sartre, 1970, p. 5) – e este bem, que é kantiano, existe numa relação entre indivíduo e sociedade. Optar pelo bem, que é a decisão mais livre e também mais autêntica, é o que criaria essa “imagem do homem tal como julgamos que ele deva ser” (Sartre, 1970, p. 5). Se não estamos agindo de má-fé, somos direcionados a agir moralmente. É esse o princípio da responsabilidade que faz de Sartre um pensador amplamente lido como provedor de uma reflexão legitimamente ética sobre o mundo.

#### Referências

- FLYNN, T. “Jean-Paul Sartre”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2013. Acessível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/sartre/>.
- MACHADO, F.S. Ação Moral e Subjetividade: aproximações e incompatibilidades entre Kant e Sartre, 2015. Acessível em: <http://cifmp.ufpel.edu.br/anais/1/cdrom/mesas/mesa8/03.pdf>.
- MELO, N.V. *A escolha de si como escolha do outro: Liberdade e alteridade em Sartre*. Recife: INSAF, 2003.
- MORRIS, K.J. *Sartre*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- MOUTINHO, L.D.S. *Sartre: Existencialismo e liberdade*. São Paulo: Editora Moderna Ltda., 1995.
- SARTRE, J.P. *O existencialismo é um humanismo*, 1970. Acessível em: [http://stoa.usp.br/alexccarneiro/files/-1/4529/sartre\\_exitencialismo\\_humanismo.pdf](http://stoa.usp.br/alexccarneiro/files/-1/4529/sartre_exitencialismo_humanismo.pdf).
- STRATHERN, P. *Sartre em 90 minutos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

---

4 “A consequente e brava tentativa de assumir responsabilidade pela própria existência e agir em acordo com ela jamais pode iludir totalmente o conteúdo psicológico ou emocional. Pode ser salutar tentar agir como se fôssemos livres de nossa psicologia, mas jamais podemos alcançar plenamente essa liberdade. Mas a insistência de Sartre de que nunca devemos nos esconder por trás dessas coisas é inegavelmente uma corajosa receita para uma filosofia da ação” (Strathern, 1999, p. 35).

TOURINHO, C.D.C. A crítica da fenomenologia de Husserl à visão positivista nas ciências humanas. *Revista da Abordagem Gestáltica*, v. 17, n. 2, p. 131-136. Acessível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672011000200003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672011000200003).

Submissão (1ª versão): 26-07-2017

Aceito para publicação: 01-02-2018